

na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 142, de 26 de julho de 2011, homologada por despacho do signatário, datado de 30/08/2012:

Dália Maria Marçalo Mateus Maravilha: 17,650
 Mariana Barata Almeida Marques: 16,375
 Diogo António Carrasco Lamúria: 16,375
 Sónia Isabel Ferreira Baeta Gomes: 15,900
 Alice Fernanda Ribeiro Dias: 15,800
 Virgínia Maria Machado dos Santos Neto: 15,525
 Maria José Pereira Pinto dos Santos: 15,275
 Filipa Alexandra Ferreira Esteves: 15,025
 Patrícia Guerreiro Rodrigues Viegas Fernandes Mouzinho Serrote: 15,000
 Maria da Graça Pereira Salva: 14,975
 Maria José Lopes Chanoca Narciso: 14,825
 Aurélia Ionel: 14,750
 Sílvia Cristina Bernardo Elias Perdigão: 14,725
 Rute Soares Marques: 14,700
 Isabel Marisa Mota Balau Ribeiro Coelho: 14,650
 Marta Susana Lopes Saraiva Ferraria: 14,550
 Ana Paula Silva Esteves Reis: 14,475
 Raquel Sofia da Silva Marques: 14,375
 Maria Adelina da Graça Marques *: 14,350
 Carla Patrícia Duarte Garvão: 14,300
 Inês Alexandra Rodrigues Coelho: 14,300
 Ana Paula Fernandes Rafael Brazinha: 14,275
 Carla Sofia Marques Gomes: 14,125
 Susana Isabel Almeida Oliveira: 14,100
 Maria de Fátima Ferreira da Costa Miguel: 14,075
 Ana Paula Rodrigues Marquês de Almeida: 14,000
 Liliana Guerreiro da Silva: 13,925
 Maria Alexandra Teixeira da Costa: 13,900
 Maria José Carvalho da Costa: 13,850
 Ana Maria Damião Pinto: 13,825
 Joana Isabel Almeida da Cruz: 13,750
 Susana Maria Jerónimo Silva Machado Bagão: 13,725
 Maria de Fátima da Silva Fernandes Campos: 13,700
 Rute Isabel Macau Manita Rapaz: 13,650
 Carla Maria Rodrigues Piteira Mota: 13,650
 Maria Isabel Pestana dos Santos Sequerra: 13,650
 Vanessa Pereira Soromenho: 13,650
 Sara Brazinha Pinhal: 13,650
 Suse Paula dos Santos de Sousa: 13,625
 Vera Lúcia Brazinha Taklim Machado: 13,625
 Cecília Alice da Conceição Duque Pereira: 13,550
 Sandra Maria Peralta Sopa Aguiar: 13,475
 Cristina Maria Baeta Purificano Carapinha: 13,475
 Cármen Flora Coelho Carapinha: 13,475
 Isabel Maria Moreira dos Santos: 13,450
 Andrea Rosa Marques: 13,450
 Filipa Caldas Feteira: 13,450
 Sónia Rute Vaz Guerra: 13,375
 Ana Cláudia Martins de Almeida Heleno: 13,375
 Marisa Candeias Antunes Ferreira: 13,375
 Maria Alexandra Matos Chagas: 13,375
 Cátia Sofia Sequeira Pocinho: 13,275
 Sandra Cristina Carapeta Borralho Roque: 13,275
 Carina Filipa Ferreira João: 13,200
 Fernando Miguel Fortunato dos Santos: 13,100
 Telma Alexandra Martelo Polido Vicente: 13,100
 André Alexandre Vitoriano Marinheiro: 13,100
 Sandra Micaela Batalha de Oliveira Rodrigues: 13,000
 Alice Maria Pereira Salva Algarvio: 13,000
 Dina Conceição Teixeira: 12,825
 Sandra Cláudia Santos de Figueiredo: 12,825
 Andreia Susana Marquês Vitoriano: 12,825
 Sara Cristina Coelho Santos: 12,825
 Maria Fátima Macedo Pesqueira Parada: 12,700
 Ana Cláudia Dias Conceição: 12,650
 Maria Teresa Sousa Pinto Ventura: 12,625
 Liliana Marisa Gonçalves Pereira: 12,550
 Filipa Andrade da Silva: 12,550
 Sandra Maria Rodrigues Martins Gomes Galo: 12,450
 Vanda Isabel Angrola da Silva: 12,375
 Rita Isabel Manita da Silva Sales: 12,350
 Sandra Isabel da Silva Saloio Almeida: 12,275
 Cármen Maria de Oliveira Fernandes Dias: 12,250
 Angelina Maria Pinto Dias Braz: 12,175
 Deolinda Marisa Gomes Marques da Silva: 12,175
 Joana Rosa Pólvora dos Santos: 12,100

Sandra Cristina Silva Morais: 12,000
 Ana Cláudia Albertino da Cruz: 11,925
 Armando José Galo Vieira: 11,900
 Ana Marisa Justo Ruela: 11,900
 Maria Augusta Vieira Rosa: 11,900
 Maria do Carmo Cagica da Conceição Gomes: 11,825
 Apolónio Pinto Alves: 11,800
 Sara Marisa Sanches Sousa: 11,725
 Renata da Cruz Correia Pereira Costa: 11,725
 Margarette Narciso Martins Silva: 11,625
 Patrícia da Conceição Ferreira Rodrigues: 11,550
 Sofia Alexandra Coelho Lopes Dias: 11,525
 Tânia Patrícia da Silva Dias: 11,525
 Clara Isabel Alberto Balola Nunes: 11,525
 Sónia Vanessa Fernandes Florentino Rego: 11,450
 Sandra dos Anjos Ferreira Silva: 11,375
 Joana Cristina Silva Calisto: 11,375
 Alda Maria Cachão Rodrigues Lourenço: 11,350
 Maria Carlos Silva Santos: 11,275
 Fernanda Maria Chagas Leandro Loureiro: 11,100
 Ana Rita Carvalho Esteves: 11,100
 Ana Isa Cardim Neto Rodrigues: 11,100
 Lucibela Graça Dias Cachão: 11,000
 Ana Sofia de Sá Simões Rodrigues: 10,900
 Carla Maria Alcobaça da Mata: 10,900
 Ana Flávia Santos Gomes Baeta: 10,900
 Leonor da Piedade Basílio Almaça: 10,825
 Alexandra Isabel Pinto Boavida: 10,725
 Marta Cristina Leitão Fernandes: 10,625
 Vítor Nuno de Oliveira Alves de Jesus **: 10,450

* De acordo com o disposto no n.º 5 do aviso de abertura do presente procedimento, estando a candidata Maria Adelina da Graça Marques nas condições mencionadas, e tendo feito prova através da apresentação de atestado médico de que possui 70 % de incapacidade, o júri deliberou selecionar a referida candidata.

** É titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, pelo que tem prioridade no recrutamento.

30 de agosto de 2012. — O Presidente da Câmara, *Augusto Pólvora*.

306361168

FREGUESIA DE CEDOFEITA

Aviso (extrato) n.º 12338/2012

Por despacho do Executivo desta Autarquia, foi desligada do serviço, passando a aguardar aposentação desde 1 de agosto de 2012, a seguinte funcionária: Alzira Assunção Fernandes Modesto, Assistente Operacional.

23 de agosto de 2012. — O Presidente, *Dr. Sérgio do Nascimento Alves Martins*.

306340812

FREGUESIA DE MALHOU

Aviso (extrato) n.º 12339/2012

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna -se público que, por meu despacho de 29 de agosto de 2012, determinei a anulação do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo Indeterminado, publicitado através do Aviso n.º 11114/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 160 de 20 de agosto de 2012.

5 de setembro de 2012. — O Presidente da Junta de Freguesia, *Graçiano Manuel Oliveira Cerqueira*.

306367308

FREGUESIA DE TORTOSENDO

Aviso n.º 12340/2012

A Junta de Freguesia de Tortosendo torna público que pretende contratar Assistentes Operacionais em regime de contrato resolutivo certo

a tempo parcial, para Componente de Apoio à Família, nos termos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

Número de trabalhadores — 4.

Local de trabalho — Freguesia de Tortosendo.

Função — Componente de apoio à família.

Horário — 4,30 horas/dia útil.

Remuneração — 473,61 Euros mensais.

Duração do contrato — 14 de setembro a 14 de dezembro de 2012.

Requisitos legais exigidos — Escolaridade obrigatória de acordo com a idade.

Condições de referência:

1 — Habilitações literárias;

2 — Experiência profissional;

3 — Qualificação profissional;

4 — Entrevista de avaliação de competências.

Prazo de concurso — 2 dias a contar com a data da publicação do presente aviso.

Método de seleção — Avaliação Curricular.

Composição do Júri: membros do Executivo da Junta de Freguesia de Tortosendo. Suplente Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia.

As candidaturas deverão ser apresentadas, através de preenchimento de formulário próprio disponibilizado nos serviços administrativo desta Autarquia, durante o horário de atendimento ao público, acompanhado de:

Curriculum vitae;

Fotocópia de BI/Cartão de Cidadão;

Certificado de habilitações.

A lista de ordenação final dos candidatos será afixada em local visível ao público nas instalações da Junta.

31-08-2012. — O Presidente, *Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira*.

306376478



PARTE J1

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Aviso (extrato) n.º 12341/2012

1 — Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, faz-se público que, por despacho de 2 de julho de 2012, do Secretário-Geral deste Ministério, se pretende proceder à abertura de procedimento concursal de seleção para o provimento do cargo de Diretor de Serviços da Política Comercial Comum (PCC), da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, nos seguintes termos:

2 — Requisitos legais de provimento — os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com a nova redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

3 — Área de atuação do lugar a prover — as previstas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)*, *d)*, *e)* e *f)* do Artigo 9.º da Portaria n.º 32/2012, de 31 de janeiro, pelo que os requisitos específicos para o provimento e respetivo perfil pretendido, obrigatoriamente, são os seguintes:

a) Ser detentor de licenciatura adequada;

b) Encontrar-se integrado em carreira do grupo de pessoal técnico superior há pelo menos seis (6) anos;

c) Possuir experiência profissional nunca inferior a seis (6) anos, em matéria de Relações Externas da União Europeia, em particular no quadro da Política Comercial Comum;

d) Possuir conhecimentos aprofundados sobre as matérias cobertas pela Política Comercial Comum da União Europeia;

e) Possuir experiência e conhecimentos de Direito Europeu incluindo o funcionamento das Instituições e o processo de decisão europeus, bem como experiência em negociações europeias, em particular de acordos comerciais da UE com países terceiros;

f) Conhecimento aprofundado de línguas, nomeadamente, inglês e francês.

4 — Métodos de seleção — avaliação curricular com caráter eliminatório e entrevista pública.

5 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Dr.ª Maria João Leão Cota Dias Silveira Botelho, subdiretora-geral dos Assuntos Europeus, designada pelo Diretor-Geral dos Assuntos Europeus, nos termos da alínea *a)* do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na nova redação conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

1.º Vogal efetivo: Dr.ª Maria Joana da Costa de Sousa de Macedo Galiano Tavares Dirigente Intermédio 1.º Grau da Direção de Serviços das Relações Externas Europeias e Alargamento, designada nos termos da alínea *b)*, n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na nova redação conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

2.º Vogal efetivo: Mestre Maria Adelaide Lima Carranca Almeida Franco, designada pela Universidade Nova de Lisboa, nos termos da

alínea *c)*, n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na nova redação conferida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

Vogais suplentes: Dr.ª Regina Maria Padeira Quelhas Lima e Dr.ª Maria Rita Santos Rosa Carneiro de Brito, diretoras de serviços, designadas nos termos acima aludidos

6 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, nos termos legais, dirigido ao Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no prazo de 10 dias úteis contados a partir da publicação do procedimento concursal na bolsa de emprego público, dele constando os seguintes elementos:

a) Identificação completa do candidato (nome, naturalidade, número e data do bilhete de identidade/cartão do cidadão e serviço de identificação que o emitiu, telefone, morada da residência e código postal);

b) Habilitações literárias e profissionais (especializações na área);

c) Indicação da categoria que o candidato detém, serviço a que pertence e tempo de serviço efetivo na função pública;

d) Experiência profissional, com especificação das funções com mais interesse para o lugar a que se candidata, tanto executivas como de chefia.

7 — Os requerimentos de candidatura deverão ser acompanhados, dos seguintes documentos:

a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, onde constem, para além de outros elementos considerados necessários, as funções que exercem e exerceram e os períodos de duração, bem como a formação profissional detida;

b) Cópia de documento comprovativo das habilitações literárias;

c) Cópia de documento comprovativo das habilitações profissionais, com indicação das entidades promotoras e respetiva duração;

d) Declaração, devidamente autenticada, emitida pelo organismo a que o candidato está vinculado, da qual constem, inequivocamente, a modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado de que é titular, bem como a carreira e categoria e a respetiva antiguidade, e o tempo de serviço em cargos de chefia;

e) Outros elementos instrutórios constantes do *curriculum vitae*, devidamente autenticados, considerados adequados pelo candidato para comprovar os requisitos enunciados nas alíneas *c)* a *f)* do n.º 3 deste aviso.

8 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9 — O requerimento de admissão ao concurso e demais documentação deverão ser entregues pessoalmente ou remetidos pelo correio, em caso de receção, dentro do prazo indicado no n.º 6 do presente aviso, ao Serviço do Expediente e Logística do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Largo do Rílvias, 1399-030 Lisboa.

10 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

11 — O concurso é válido para o preenchimento do cargo acima mencionado, sendo o prazo de validade fixado em seis meses contado a partir da data da publicação da lista de classificação final.